

“A importância do municipalismo”

As Autarquias Locais

Do Municipalismo ao Descrédito Generalizado

A maioria das câmaras municipais hoje é sinónimo de incompetência e corrupção. Nem sempre foi assim.

1. Municipalismo.

Durante séculos os concelhos foram em Portugal sinónimo de liberdade e desenvolvimento das diferentes regiões. Por todos os concelhos ainda hoje fazem parte das suas memórias colectivas, históricas sobre figuras locais, cuja acção em prole dos seus conterrâneos permitiu resolver muitos problemas com que estes se debatiam, sem solução. No século XIX, muitos dos concelhos de tal forma se destacaram no impulso que deram aos desenvolvimentos local que acabaram por gerar a ilusão que o municipalismo era o remédio para todos os males.

Alexandre Herculano, por exemplo, defendia a criação de uma organização social baseada nos municípios, tais eram as virtualidades que neles encontrava. Contra esta visão optimista dos municípios, escritores como Júlio Dinis, descreviam as autarquias como o reino dos caciques.

O debate fazia-se quase sempre entre centralistas e descentra listas. Durante os períodos descentra listas (1836 -Passos Manuel, 1878 -Rodrigues Sampaio, 1886 - José Luciano de Castro), verificou-se um aumento da corrupção, endividamento descontrolado dos municípios e o predomínio do caciquismo. Nos períodos centralistas (1842- Costa Cabral, 1895/96 -João Franco), diminuiu o sinais de corrupção, mas também aumentou o descontentamento local pelo pouco poder que as câmaras possuíam.

2. Caciquismo

A ditadura, entre 1926-1974, transformou os municípios em correias de transmissão do Estado, acabando por promover e reforçar o poder dos caciques locais. As Câmaras

Municipais e as Juntas de Freguesia, com recursos económicos limitadíssimos, tornaram-se sinónimos de extensões do sistema repressivo, órgãos de propaganda e pouco mais. Pontualmente eram realizadas algumas grandes obras, que depois durante décadas serviam de exemplos.

3. Poder Local

Após o 25 de Abril de 1974, as câmaras municipais voltaram a adquirir uma imagem muito positiva das populações. O Estado entrou em ruptura completa devido às mudanças políticas. Graças à acção de muitos dos novos autarcas, as câmaras mobilizaram as populações, reuniram meios e resolveram problemas que se arrastavam há décadas. A sua força foi crescendo à medida que no Estado foi aumentando a ineficácia e ineficiência dos serviços.

A solução para muitos dos problemas do país passou então pela transferência para os municípios de muitas das competências do Estado central. A solução revelou-se positiva.

Foram criados muitos instrumentos de apoio a esta verdadeira revolução na gestão do território: A Lei das Autarquias (L.79/77), Lei das Finanças Locais (L.1/79), Regime de delimitação e coordenação das áreas de actuação da Administração Central e Local (L.77/84), Modelo de Administração (D.C. 116/84), Planos Directores Municipais (d.L.208/82), etc. Durante largos anos, as autarquias, tinham uma imagem muito positiva, apesar de se lhes reconhecer uma enorme escassez de quadros com competência política, técnica e culturais capazes de criarem um desenvolvimento sustentável.

4. Desgoverno Generalizado

O crescente poder das autarquias, sobretudo a partir de meados dos anos 80, tornou as câmaras municipais locais apetecíveis para todo o tipo de corruptos. Muitos autarcas, foram-se instalando no poder, criando à sua volta vastas clientelas de dependentes. As autarquias entraram num desnorte total.

Os partidos políticos, mostram-se incapazes de renovarem os dirigentes autarcas. Em muitas situações limitam-se a darem apoio a autarcas corruptos e incompetentes, sempre que estes lhes ofereciam garantias de ganharem as eleições locais. O descrédito é total.

As câmaras municipais, cada vez mais nas mãos de promotores imobiliários, através de licenciamentos sem qualquer planeamento, promoveram a mais completa desordem urbanística do país de que há memória. A paisagem foi degradada. O património destruído. Criaram-se estruturas e fizeram-se investimentos insustentáveis, hipotecando desta forma as gerações futuras.

Tornou-se uma prática corrente nas autarquias, consumirem-se rios de dinheiro em acções de propaganda, descuidando as áreas fundamentais para a qualidade de vida das populações, como a educação, segurança, saúde, higiene, acessibilidades, etc.

Informação tirada do site da internet <http://Lusotopia.no.sapo.pt>

A ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses - tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local e, em especial:

- A representação e defesa dos **Municípios** e das **Freguesias** perante os órgãos de soberania;
- A realização de estudos e projectos sobre assuntos relevantes do Poder Local;
- A criação e manutenção de serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros;
- O desenvolvimento de acções de informação dos Eleitos Locais e de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal da administração local;
- A troca de experiências e informações de natureza técnico-administrativo entre os seus membros;

A representação dos seus membros perante as organizações nacionais ou internacionais.

Quem integra ANMP

São membros da ANMP todos os **Municípios Portugueses** e [Associações de Municípios](#) que declarem aderir à Associação mediante deliberação do órgão executivo e aprovação pelo órgão deliberativo.

Nas realizações da ANMP poderão participar, sem direito a voto, representantes de autarquias ou colectividades territoriais afins de países de língua oficial portuguesa.

Os Órgãos da ANMP

Os órgãos da Associação Nacional de Municípios Portugueses são:

- [Congresso Nacional](#), órgão máximo composto por 3 delegados de cada Município;
- [Conselho Geral](#), órgão deliberativo entre Congressos;
- [Conselho Directivo](#), órgão executivo;
- [Conselho Fiscal](#), que tem por incumbência o controlo e fiscalização no domínio financeiro e patrimonial;

ORGANIZAÇÃO INTERNA

Os órgãos da Associação Nacional de Municípios Portugueses são o Congresso Nacional, órgão máximo composto por 3 delegados de cada Município; o Conselho Geral, órgão deliberativo entre Congressos; o Conselho Directivo, órgão executivo; o Conselho Fiscal que tem por incumbência o controlo e fiscalização no domínio financeiro e patrimonial; e o Conselho Consultivo.

A actividade diária da ANMP é desenvolvida a partir da Secretaria-geral (sediada em Coimbra) onde funcionam os seguintes serviços:

- Gabinete de Apoio às Comissões Especializadas

-
- Gabinete de Apoio às Secções de Municípios e Organização Logística
 - Gabinete de Comunicação Social e Relações Públicas
 - Gabinete de Jurídico
 - Gabinete de Relações Internacionais (Europa)
 - Gabinete de Relações Internacionais (Resto do Mundo)
 - Gabinete de Sistemas de Informação
 - Contabilidade, Tesouraria, Património, Pessoal e Seguros
 - Expediente e Arquivo

AS SECÇÕES DE MUNICÍPIOS

Nos termos dos Estatutos, podem os Municípios membros da ANMP com especificidades afins e interesses comuns, agrupar-se horizontalmente em Secções, estando criadas neste momento as seguintes Secções:

- [Secção de Municípios com Actividade Piscatória e Portos](#)
- [Secção de Municípios com Áreas Protegidas](#)
- [Secção de Municípios com Barragem](#)
- [Secção de Municípios de Montanha](#)
- [Secção de Municípios com Actividade Taurina](#)

ÁREAS DE APOIO TÉCNICO

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, através da Secretaria Geral, presta apoio técnico aos Municípios, entre outras, nas seguintes áreas:

- Comunicação Social
- Finanças Locais
- Jurídica
- Meio Ambiente
- Relações Internacionais
- Sistemas de Informação

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A ANMP, como entidade representativa das Autarquias Locais Portuguesas, integra dois organismos internacionais que têm por objectivo a defesa, reforço e desenvolvimento do Poder Local e Regional junto da União Europeia (UE) e do Conselho da Europa (CE), designadamente o Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CCRE) e o Congresso dos Poderes Locais.